



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

CULTURA



**cinemateca
portuguesa**
MUSEU DO CINEMA, I.P.

**CINEMATECA PORTUGUESA
MUSEU DO CINEMA, I.P.**

Plano de Atividades

2019

Índice

| | |
|--|----|
| Índice..... | 1 |
| Lista de Siglas e Acrónimos | 2 |
| I. Nota Introdutória | 3 |
| I.1. Missão | 3 |
| I.2. Valores | 3 |
| I.3. Atribuições..... | 3 |
| I.4. Estrutura Orgânica e Funcional | 4 |
| II. Áreas de Atuação: Contexto | 5 |
| III. Objetivos..... | 12 |
| III.1. Objetivos estratégicos | 17 |
| III.1. Objetivos operacionais..... | 18 |
| IV. Atividades..... | 18 |
| IV. Recursos | 26 |
| V. Ações a desenvolver para aumentar a receita própria e comunitária | 29 |
| VI. Conclusões..... | 31 |



Lista de Siglas e Acrónimos

| | |
|---------|--|
| ANIM | Departamento de Arquivo Nacional das Imagens em Movimento |
| CDI | Centro de Documentação e Informação |
| CJ | Cinemateca Júnior |
| DCDM | Digital Cinema Distribution Master |
| DCP | Digital Cinema Package |
| DDEP | Departamento de Divulgação e Exposição Permanente |
| DG | Divisão de Gestão |
| DIR | Direção da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema |
| GRP | Gabinete de Relações Públicas |
| INF | Sector de Informática |
| LTO | Linear Tape-Open |
| OE | Objetivo Estratégico |
| OF | Orçamento de Funcionamento |
| PIDDAC | Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central |
| QUAR | Quadro de Avaliação e Responsabilização |
| RG-OE | Receitas Gerais do Orçamento de Estado |
| RP | Receitas Próprias |
| SAMA | Sistema de Apoio à Modernização Administrativa |
| SIAG-AP | Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública |
| UO | Unidade Orgânica |



I. Nota Introdutória

Este documento apresenta o Plano de Atividades para o ano de 2019 da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I.P., adiante designada Cinemateca, procurando expressar a sua ação no âmbito das responsabilidades e das competências que lhe estão cometidas nos respetivos estatutos e demais legislações complementares.

I.1. Missão

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, que aprovou a regulamentação orgânica e funcional da Cinemateca, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 59/2010, de 7 de junho, ambos reprimados pelo artigo 259º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015), esta tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

I.2. Valores

Na prossecução dos seus objetivos, a Cinemateca orienta as suas atividades e constrói a sua cultura organizacional com base nos seguintes valores:

- Respeito pelo património em acervo, pelos seus doadores e depositantes e pelos seus utilizadores;
- Primado do serviço público, considerando os direitos dos cidadãos à fruição cultural e ao acesso à informação;
- Excelência técnica em todos os procedimentos relativos à salvaguarda e comunicação do património cinematográfico, museográfico e biblio-iconográfico.

I.3. Atribuições

São atribuições da Cinemateca:

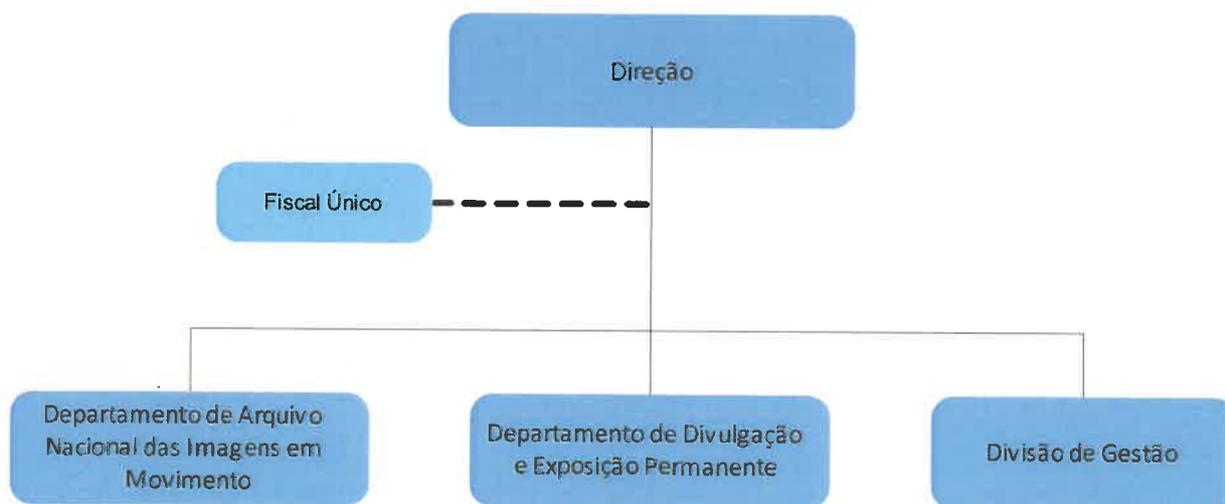
- a) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e quaisquer outras imagens em movimento de produção portuguesa ou equiparada, independentemente da forma de aquisição, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, no interesse da salvaguarda do património artístico e histórico português;
- b) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e outras imagens em movimento de produção internacional, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, selecionadas segundo a sua importância como obras de arte, documentos históricos ou de interesse científico, técnico ou didático;

- c) Promover a exibição regular de obras da sua coleção ou de outras com as mesmas características que lhe sejam temporariamente cedidas por terceiros;
- d) Promover a componente museográfica do património fílmico e audiovisual;
- e) Estabelecer protocolos de colaboração e apoio, bem como contratos de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito da museologia cinematográfica;
- f) Promover a sua filiação em entidades internacionais que se proponham a defesa dos arquivos e museus cinematográficos;
- g) Promover a exposição e o acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;
- h) Promover a investigação, a formação, a edição e a publicação de obras relacionadas com a história, estética e técnica cinematográficas;
- i) Incentivar a difusão e promoção não comercial do cinema e do audiovisual, nomeadamente através do apoio às atividades dos cineclubes e aos festivais de cinema e vídeo.

I.4. Estrutura Orgânica e Funcional

Conforme definido na Portaria n.º 374/2007, de 30 de Março (Estatutos), a sua estrutura orgânica é a apresentada na Figura 1:

Figura 1. Organograma da Cinemateca





2
2

II. Áreas de Atuação: Contexto

Nos primeiros meses de 2019 chegam ao seu termo as comissões de serviço do Diretor e do Subdiretor. O plano elaborado é assim apresentado no pressuposto de que ambas as comissões de serviço serão renovadas, estando a sua aplicação naturalmente dependente destas renovações.

Como orientação de fundo, no decurso deste ano continuaremos a implementar o Plano Estratégico desenhado e divulgado pela atual direção no final de 2014, plano este que temos vindo a aplicar progressivamente, mas cuja aplicação em algumas áreas está ainda por concretizar dadas as dificuldades conjunturais e estruturais que de há muito temos vindo a expor à tutela.

Como salientámos desde o início da comissão de serviço, as medidas constantes deste plano visam dotar o organismo de capacidade de resposta a novos contextos de funcionamento, em particular aqueles que têm a ver com as grandes transformações na cadeia de produção e circulação das imagens em movimento (a “revolução digital”) e com as novas relações com o cinema estabelecidas por grupos etários onde se joga decisivamente o nosso papel de formação de públicos.

Em seguida, referimos as prioridades da nossa atuação no ano de 2019 dentro de cada um dos capítulos principais desse Plano Estratégico:

II.1. A Cinemateca, o museu e a descentralização

Com a recente conversão do mercado cinematográfico ao suporte digital, e assumindo o princípio identitário segundo o qual o museu deve conservar e divulgar (nas suas instalações e na rede de museus de cinema) as obras cinematográficas nos seus suportes originais, a Cinemateca continua a desenvolver uma ação múltipla e complementar, o que hoje em dia significa trabalhar paralelamente com a película e com o suporte digital. Por um lado, manteremos as vertentes de conservação, restauro e exibição em película do acervo patrimonial produzido originalmente em película; por outro procuraremos continuar a implementar gradualmente o arquivo digital, seja para as obras produzidas nessa tecnologia seja como plataforma de divulgação ampla e descentralizada do próprio património analógico.

Em relação a esta dupla frente de trabalho – a “cadeia analógica” e a “cadeia digital” – os desafios de cada uma são muito diferentes, tendo em conta que, na vertente analógica, a meta a alcançar é sobretudo a da *manutenção* de estruturas e serviços (num contexto em que essa tecnologia foi descontinuada pela indústria), enquanto, na vertente digital, a meta é a implementação de toda uma *nova* área infraestrutural e de serviços cuja concretização, no presente quadro de funcionamento da Cinemateca (meios humanos e financeiros) não pode senão corresponder ainda a uma etapa embrionária.

Uma vez que, de acordo com o diagnóstico extensamente comunicado à tutela no ano anterior (cujas conclusões estão vertidas na Informação de Serviço nº 349/2018 de 10 de maio), ambas estas dimensões – de manutenção e inovação – estão hoje coartadas por constrangimentos vários, que correspondem já a ruturas efetivas com iminente expressão na oferta pública prestada, a grande prioridade para 2019 é a de

dar continuidade à oferta presente em paralelo com a análise e o começo de implementação de soluções estruturais que permitam torná-la sustentável e desenvolvê-la.

Assim, em 2019, para além da garantia de continuidade do arquivo analógico, *procuraremos* manter o atual nível de oferta de exibição museológica obedecendo, tanto quanto possível, ao princípio da consentaneidade tecnológica (a programação nas nossas salas, em Lisboa, tanto em película como em suporte digital) e continuaremos a dar algum incremento (dentro das grandes limitações financeiras e administrativas que persistem, especialmente ao nível da contratação de pessoal e de serviços) à atividade de conservação e divulgação do património digital, nisso incluindo a implementação embrionária de um “workflow” de arquivo digital, a migração de várias componentes do cinema português em suporte analógico para suportes digitais, a disponibilização de filmes e documentos “on line” e a edição DVD.

No que diz respeito à desejada “rede patrimonial” no território português em suporte digital de alta definição, não tendo sido possível iniciá-la nos anos anteriores, o objetivo estabelecido para o ano de 2019 continua a ser o do lançamento das suas bases em articulação com os restantes agentes nesta área, como sejam as entidades locais de exibição cultural de vários tipos e os outros distribuidores de património.

Este plano pressupõe uma componente de levantamento de dados relativos às entidades existentes no território potencialmente abarcáveis (salas, equipamento, contexto institucional e meios humanos de programação), o desenvolvimento de um processo tendente à seleção de interlocutores numa primeira fase, a criação de uma mínima unidade interna dedicada à logística da circulação do património português, e, *last but not the least*, um avanço minimamente significativo no plano de digitalização do património cinematográfico português em alta definição.

Esta última componente é referida no ponto seguinte. Quanto às restantes, após vários esforços de obtenção de meios específicos para a implementação da “rede” através de um projeto cofinanciado (referido no Plano de Atividade de 2018), estão agora em estudo soluções alternativas que, sem perder a necessária eficácia (donde, nomeadamente, a exigência de qualidade de parceiros), possam ser articuladas com projetos mais vastos de descentralização cultural atualmente em estudo pela tutela.

A Direção velará para que este projeto estruturante dê finalmente os seus primeiros passos em 2019, estabelecendo como prioridade a qualidade e a sustentabilidade das medidas postas em prática.

II. 2. Plano de digitalização do cinema português e “Arquivo Digital”

Para a implantação desta rede patrimonial baseada na tecnologia digital de alta definição, e ainda por muitas outras razões que se prendem doravante com o serviço externo prestado pela Cinemateca enquanto arquivo nacional, mantemos também como tarefa fundamental, e hoje em dia urgente, a digitalização do cinema português mediante a produção de matrizes digitais de alta definição.

A prazo, a meta a atingir nesta área deverá ser a produção de matrizes da totalidade das obras produzidas em Portugal de todos os géneros e metragens, ou pelo menos de uma percentagem tão elevada dela



2

2

quanto aquela que permitirá afirmar credivelmente que o cinema português está acessível nas atuais plataformas de exibição.

Sendo esta meta, porém, absolutamente inatingível num horizonte temporal útil com os recursos hoje existentes no organismo (tanto ao nível do equipamento como dos meios humanos e financeiros), e sendo evidente que os detentores de direitos de exploração do grande acervo de obras depositadas não pertencentes ao Estado (a grande maioria) não estão em condições de fazer o investimento para isso necessário, ou, por si mesmos, não se dispõem a tal, a Cinemateca impôs a si própria uma ação em dois níveis, incluindo a execução de planos anuais *limitados* de digitalização e a proposta de criação de um *plano nacional* de digitalização cofinanciado pelo Estado, a equacionar e lançar pelos dois organismos estatais nesta área (CP-MC e ICA) em articulação com a tutela comum.

Quanto à primeira vertente, em 2019, com os meios próprios de que dispõe e continuando a prática desenvolvida desde 2016, a Cinemateca prosseguirá assim a produção de matrizes digitais de alta definição de alguns filmes do património nacional, nas seguintes vertentes:

- ◆ digitalização 4K no scanner instalado no ANIM pertencente ao laboratório americano CINERIC, mediante utilização da quota cedida por este laboratório ao abrigo do protocolo de instalação (doze longas metragens por ano) e, na muito limitada escala permitida pelo orçamento atual, encomenda de alguns serviços de pós-produção e/ou restauro digital (NOTA: na maior parte destes casos, a produção de uma matriz não significa porém o termo do processo de digitalização, incluindo etalonagem e restauro digital, e este processo poderá não ficar concluído no ano em causa, uma vez que pressupõe a aquisição de outros serviços externos para os quais a Cinemateca não tem equipamento e meios humanos próprios e dotação orçamental suficiente.);
- ◆ digitalização ultra HD no scanner adquirido pela Cinemateca destinado a trabalhos a partir de materiais fílmicos em muito bom estado (negativos e intermédios de preservação);
- ◆ digitalização em 2K ou HD de materiais fílmicos de formatos reduzidos (no scanner especializado adquirido para o efeito), onde estão a ser executados trabalhos para fins internos e destinados a depositantes e doadores de obras nestes formatos, incluindo coleções de “cinema de amadores” ou “de família”.

No seu conjunto, prevê-se que esta atividade poderá abranger duas dezenas de longas-metragens, das quais uma dezena ficará com a cadeia de digitalização *completa*, da captura à correção de cor, ao restauro de imagem e de som e à finalização em formato de cópia digital DCP, ou seja, uma quantidade reduzida que contribuirá para desbloquear alguns projetos de colaboração externa urgentes que pressupõem a digitalização, mas que não alterará o panorama macroscópico da digitalização do cinema português, no qual só o universo de longas-metragens ronda um milhar de títulos.

Quanto à segunda vertente, no decurso do ano daremos então incremento ao diálogo institucional tendente a lançar um *plano nacional de digitalização do cinema português*, para o qual contribuiremos com dados e projetos devidamente quantificados.



Por outro lado, em paralelo com este esforço de digitalização, o novo património digital, incluindo o já nascido digitalmente e o que vai sendo digitalizado, exige que no Departamento ANIM se erga um novo “Arquivo Digital” que assegure todas as missões estatutárias da Cinemateca também para este património, da preservação ao acesso e à valorização pública.

Sendo este porém, como temos salientado, o maior desafio estrutural (e mesmo *infraestrutural*) surgido desde a criação do centro de conservação da Cinemateca (ANIM) em 1996, e sendo mais uma vez claro que o atual quadro orçamental da Cinemateca não será suficiente para o levar a cabo de forma integral, mesmo que faseadamente, o que nos propomos em 2019, no seguimento dos passos dados em 2018, é avançar com *mais alguns* investimentos pontuais em estruturas e equipamento que viabilizem uma parte do novo *workflow* digital, para isso contando com a esperada contribuição de projetos específicos cofinanciados. Simultaneamente, serão ativados dois novos postos de trabalho nesta área (entre os vários, que, a prazo, se revelam indispensáveis, e estando um deles ainda condicionado pela efetiva possibilidade de recrutamento no quadro legal aplicável), e será prosseguido o esforço de formação em curso nos anos anteriores.

Como nota de enquadramento, releva-se ainda o facto de os custos de preservação digital não serem apenas custos de investimento *one-off*, mas também custos anuais continuados, tanto em termos de infraestrutura IT como de armazenamento, *upgrade* e migração periódica, e naturalmente de recursos humanos, custos estes que, a médio prazo, não são obviamente encaixáveis em projetos cofinanciados.

II. 3. Acesso *online* a património cinematográfico preservado e a “Cinemateca Digital”

Um dos caminhos de acesso a património cinematográfico português preservado é, já hoje, a secção “Cinemateca Digital” do nosso sítio Web, onde são disponibilizados, exclusivamente para visualização *on line*, um conjunto de filmes previamente conservados e preservados – uma oferta a manter e, dentro das suas condições próprias, a incrementar.

O projeto “Cinemateca Digital” nasceu em 2011 da participação portuguesa no projeto *European Film Gateway*, um consórcio constituído por dezasseis cinematecas e arquivos fílmicos europeus e seis entidades fornecedoras de serviços tecnológicos, que funciona como agregador sectorial para o portal Europeana.

Na seleção das obras que foram fornecidas no âmbito desse projeto, a Cinemateca adotou como critério o tema da produção portuguesa de não-ficção do período 1896-1931, consubstanciado nas representações digitais dos filmes desse período até então preservados.

Desde essa altura, a lista de títulos e o universo selecionado têm vindo a alargar-se continuamente, mantendo-se, no entanto, a escolha de obras que se encontram conservadas e preservadas em filme e cujas autorizações de publicação em linha tenham sido previamente asseguradas. Atualmente encontram-se disponíveis mais de 600 filmes nesta plataforma, correspondendo a mais de 8.000 minutos (mais de 130 horas disponíveis *on line*). Deste número de filmes, do universo da não ficção, sobretudo produzidos na



2

primeira metade do século passado, existem imagens de todos os distritos do país, incluindo imagens filmadas em todas as ilhas dos Açores e da Madeira, estando já representados na Cinemateca Digital 179 concelhos de Portugal, em pelo menos um dos filmes disponibilizados nesta plataforma.

Em 2019, o objetivo é incrementar o número de filmes disponíveis, avançando-se com a inclusão de filmes de décadas posteriores aos inseridos e, paralelamente, alargando (sobretudo no que diz respeito ao universo das imagens documentais) o âmbito geográfico já incluído, enquanto forma de representação do território e da história e da cultura das várias regiões portuguesas. Dos novos filmes a disponibilizar há a destacar a série de atualidades “Imagens de Portugal”, cujos três primeiros anos foram já disponibilizados em 2018, procurando em 2019 que se consiga disponibilizar on line os três anos seguintes (1956, 1957 e 1958). Esta série de atualidades produzida nas décadas de 50 e 60 é das coleções mais procuradas pelos investigadores de imagens em movimento e, por essa razão, a sua disponibilização na Cinemateca Digital é uma mais-valia para esta plataforma de conhecimento.

Em paralelo com o crescimento do número de filmes nela disponibilizados, um outro objetivo passa por aumentar, através de parcerias estratégicas, a divulgação desta plataforma de conhecimento que ainda se encontra relativamente pouco conhecida pelo público em geral (incluindo o universo de investigadores de imagens em movimento para quem esta plataforma deverá ser uma ferramenta de consulta essencial).

Algumas das iniciativas que se encontram previstas para 2019 incluem sessões itinerantes de formação, por exemplo nas universidades e centros de investigação, fazendo demonstrações das potencialidades que a Cinemateca Digital apresenta como ferramenta de pesquisa e investigação. E, paralelamente, ainda em 2019, perspetiva-se melhorar a própria plataforma de acesso. Em concreto, irão ser melhorados aspetos ligados à sua visualização e à otimização dos campos de pesquisa, através de uma maior amplitude de dados ali inseridos, através do novo sistema integrado de informação da Cinemateca, cuja conclusão, à luz de um projeto cofinanciado como veremos mais à frente, será uma realidade em 2019.

II. 4. O laboratório de restauro

Como de há muito sublinhamos, a manutenção e regularização sustentável da atividade do laboratório de restauro da Cinemateca com a sua funcionalidade de duplicação fotoquímica é hoje uma condição *sine qua non* da política museológica da Cinemateca.

Estando porém esta unidade há muito em situação de iminente rutura quanto aos recursos humanos indispensáveis, e tendo-se concluído, também há muito, que (só) um novo enquadramento orgânico da mesma poderá torná-la sustentável, também em maio de 2018 a Direção submeteu para análise da tutela uma proposta formal para a sua autonomização ao abrigo do Artigo 15º do Decreto-Lei nº 94/2007, solução em relação à qual temos agora fortes expectativas de aprovação (I.S. nº 348/2018 de 10 de maio – “Entrega de documento sobre o laboratório de restauro da Cinemateca Portuguesa- Museu do Cinema”).

Sem prejuízo da indicação de uma previsão de resultados no decurso do ano de 2019, mais uma vez a prioridade absoluta para este ano é a aprovação desta medida e, na sequência dela, a implementação

2
2

urgente desta nova unidade, mediante preenchimento complementar da equipa e reconfiguração e lançamento da cadeia de produção.

A componente fotoquímica

Sendo indispensável para a prossecução da estratégia adotada por esta direção, que procurará, enquanto for possível, assumir a posição de princípio da defesa da consentaneidade tecnológica, segundo a qual as obras cinematográficas nascidas no período histórico do cinema fotoquímico devem, tanto quanto possível, ser conservadas e exibidas através da tecnologia analógica, o laboratório é hoje uma estrutura instável e fragilizada pelos limites administrativos e de contratação (neste caso *não* por questões financeiras, uma vez que se trata comprovadamente de uma das áreas com potencial de prestação de serviços onerosos a nível internacional).

Ora, para o cinema português a defesa da consentaneidade tecnológica passa por garantir a existência Portugal de um laboratório especializado como o da Cinemateca, que permita a tiragem de cópias em película, bem como trabalhos de preservação fotoquímicos, sob pena de termos de voltar a depender de entidades estrangeiras, que, elas mesmas, rareiam cada vez mais neste setor, e cujas condições não nos permitiriam sequer fazer uma pequena parte do que apesar de tudo estamos a fazer.

E, por isso, mais do que garantir uma produção mínima, o mais importante para 2019 é garantir a salvação desta pequena unidade existente no departamento ANIM, que se encontra atualmente em risco de implosão, com a saída da sua pequena equipa de técnicos altamente especializados que se encontram atualmente e nos últimos anos em situação altamente precária.

Toda esta análise foi retratada no documento apresentado à tutela acima referido, no qual a direção apresenta propostas concretas para a viabilização desta importante unidade instalada no departamento ANIM.

A componente digital

O laboratório digital, sendo para já assente num parque de equipamento básico em que se inclui o *scanner* pertencente ao laboratório CINERIC e dois outros *scanners* (acima referidos), assim como as respetivas estações de trabalho para realização de capturas e correção de cor, o seu desenvolvimento é ainda limitado, trabalhando-se, também aqui, a um nível programático, de planeamento e de formação, através do qual procuramos ir erguendo as bases de uma cadeia de funcionamento futura, com perspetivas de crescimento (de equipamento, mas sobretudo de meios humanos) e com perspetiva de volumes de produção tanto mais crescentes, quanto a equação equipamento/RH seja desbloqueada.

Neste contexto, e como mais à frente se poderá constatar com dados concretos, é possível prever para 2019 a continuação do trabalho de digitalização que se iniciou nos anos anteriores, nos diversos universos do cinema português, com a produção de novas matrizes e cópias digitais em formatos de alta resolução a serem utilizadas nos diferentes âmbitos de difusão.

A inexistência de mais estações de trabalho e, sobretudo, de recursos humanos especializados na área de correção de cor e restauro digital são as principais causas – tanto ou mais do que a inexistência de

equipamento técnico – do reduzido ritmo de projetos de digitalização terminados anualmente. Com efeito, tendo em conta a diferença entre a quantidade de horas necessárias para fazer uma captura de uma matriz fotoquímica e o número de semanas necessárias para terminar a correção de cor e produzir as cópias digitais finais, seria necessário aumentar o ratio do binómio scanner/captura e estação de trabalho/operador de correção de cor. Por outras palavras, apenas aumentando o número de coloristas será possível tirar pleno partido da capacidade de captura atualmente proporcionada pelos scanners existentes.

Finalmente, uma nota rápida sobre a componente de som do laboratório de restauro, a única capaz de realizar trabalhos complexos de restauro sem necessidade de externalizar serviços, mas que precisaria de um upgrade das condições técnicas (tanto no interface película/magnético-digital, como nas próprias condições de trabalho e acústica da sala onde estes trabalhos são realizados).

II. 5. Grelha de programação

Em 2019, a grelha de programação, que foi reformulada em 2014, será mantida como conceito orientador da programação mensal. A maioria das rubricas entretanto criadas com base neste novo conceito será mantida em 2019, assim como a estrutura básica desta atividade. Assim, será continuada a organização de pelo menos dois ciclos principais estruturantes em cada mês, sendo sempre um deles tendencialmente mais respeitante ao cinema clássico e outro mais dedicado ao cinema moderno (na aceção corrente dos movimentos iniciados na década de sessenta do século XX) e (ou) ao cinema contemporâneo.

Dentro destes ciclos estruturantes haverá também alguns ciclos temáticos (que incluirão essas etapas históricas) e ciclos dedicados ao universo do cinema português. Manter-se-ão as rubricas *Histórias do Cinema*, *História Permanente do Cinema Português*, *Imagem por Imagem (Cinema de Animação)* e *Double Bill*. Manter-se-ão igualmente as colaborações com entidades externas, com destaque para festivais de cinema e festas nacionais que têm vindo a ser alvo de parcerias ao longo dos últimos anos.

Também mais à frente, no ponto referente a atividades, serão referidos os principais ciclos que prevemos apresentar ao longo do ano.

II. 6. Cinemateca Júnior

Mais uma vez sob apertados limites ditados pelas condições orçamentais, logísticas e de meios humanos, será mantida a oferta de serviço da Cinemateca Júnior.

O objetivo central passará pela manutenção da oferta em níveis genericamente equivalentes aos atingidos nos últimos anos.

E, tal como se tem sucedido nos últimos anos, será também através deste o serviço que a Cinemateca participará de uma forma mais ativa com o Plano Nacional de Cinema, projeto em que a Cinemateca participa desde a sua criação.

II. 7. Edição bibliográfica e DVD

Em 2019 voltaremos a concentrar o esforço editorial no universo do cinema nacional, estando previstas edições bibliográficas complementares de ciclos, a continuação da publicação dos “Escritos de Cinema” de João Bénard da Costa, entre outros catálogos a editar. E também novas edições DVD (autónomas e em parceria, como se poderá ver adiante no ponto das atividades).

II. 8. Associação Amigos da Cinemateca

Na sequência do planeamento feito, e após mais um ano de interregno devido às dificuldades de gestão dos processos correntes, prevê-se que a Associação Amigos da Cinemateca venha a ter o seu arranque efetivo no primeiro semestre de 2019, em função das condições internas para a acolher.

II. 9. Projetos de Modernização e Capacitação

O ano de 2019 será um ano de continuidade para alguns dos projetos cofinanciados em que uma parte das ações já se iniciou em 2018. E será um ano de arranque para outros.

Com efeito, o projeto **CINEM@TIC – Sistema de Informação da CP-MC** e o projeto **PAR – Portal Arquivo da RTP** (componente de instalação das estantes compactas para os novos depósitos do ANIM, neste caso através de candidatura apresentada em regime de consórcio RTP/Cinemateca), ambos financiados no âmbito do Programa SAMA 2020, têm a sua conclusão agendada para meados de 2019.

A operação **CINEM@TIC – Sistema de Informação da CP-MC** consiste especificamente na estruturação e modelação dos dados relativos ao património cinematográfico a cargo da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, partindo da assimilação da informação contida nas diversas bases de dados existentes (de gerações anteriores) e adotando uma nova abordagem como meio de expandir, modernizar e prosseguir a sua contribuição direta e indireta aos cidadãos pela valorização patrimonial e o apoio à aprendizagem. Se, num primeiro momento, se privilegia a melhoria do trabalho interno da Cinemateca pela gestão integrada dos dados (e representações digitais a eles associadas) das várias tipologias de recursos patrimoniais (imagens em movimento, biblio-iconografia, aparelhos e objetos) e informativos (filmografia portuguesa, estreias de filmes em Portugal, programação diária – ciclos, filmes –, gestão de cópias em cedência temporária) até agora dispersos em diversas bases, num segundo e crucial momento do presente projecto procura-se responder às solicitações do público, ampliando o conhecimento existente e melhorando o acesso dos cidadãos à informação relativa ao património cultural português.

Os objetivos gerais e resultados esperados incluem, por isso:

a) Disponibilização de informação validada e legitimada que responda às necessidades de informação dos utilizadores do sistema através das tarefas de *Procura, Identificação, Seleção e Obtenção*.



2
2

b) Interoperabilidade do sistema de informação com outros sistemas de organismos relacionados e congéneres, contribuindo para a partilha de dados e para que os seus utilizadores possam aceder a partir de um só ponto à informação desses repositórios.

c) Acesso livre, sem limites de tempo ou de espaço, aos conteúdos disponibilizados, entre os quais se destacam: Filmografia Portuguesa – catálogo da produção cinematográfica portuguesa das origens ao presente; Biblioteca e Arquivo Fotográfico – catálogo dos documentos biblio-iconográficos disponíveis para consulta local, que inclui documentos digitais e informação sobre a estreia de filmes no circuito comercial português desde 1918 até ao presente; Objetos Museográficos – catálogo da coleção de aparelhos e equipamentos;

d) Valorização do património cinematográfico pela criação de novos utilizadores e implementação de um novo canal de distribuição para a fruição cultural.

A face pública do sistema de informação integrará, substituindo-a, a atual secção «Cinemateca Digital» disponível no sítio web da Cinemateca, e a disponibilização de conteúdos (quer meramente informativos quer com associações a representações digitais do património) será faseada, de acordo com calendário e programa a definir.

Relativamente ao projeto **CHIC - Cooperative Holistic view on Internet and Content** - um projeto mobilizador aprovado pela ANI e em que um dos pilotos consiste na criação para o Plano Nacional de Cinema (PNC) de uma plataforma de acesso a filmes através de cópias digitais em alta definição e que seja acedida pelas escolas daquele plano – terá a continuação da execução dos trabalhos previstos em 2019, prevendo-se a sua conclusão em 2020. Relembre-se que este projeto visa, não só o desenho desta plataforma, como também a definição de formatos e, ainda, a digitalização de mais alguns filmes para alimentar o PNC, possibilitando a Cinemateca de utilizar algumas verbas consideráveis para a aquisição de equipamentos necessários para a atividade de digitalização do cinema produzido originalmente em película.

Outro projeto que terá atividade em 2019 será o projeto **ROSSIO**, que tem por principal missão agregar, organizar, interligar, contextualizar, enriquecer e difundir um universo ímpar de conteúdos digitais provenientes das atividades de investigação, repositórios, arquivos, bibliotecas, coleções de arte e bancos de dados pertencentes a um conjunto de instituições de referência reunidas em consórcio para realizar um plano de ação comum. Os conteúdos partilhados serão indexados de acordo com uma estrutura de metadados em linha com padrões internacionais e enriquecidos com informação contextual, inter-relações, cronologias e mapas digitais. O ROSSIO é uma infraestrutura portuguesa de investigação de referência para as Ciências Sociais, Artes e Humanidades promovida por um consórcio coordenado pela FCSH/NOVA e aprovado no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa, na componente FEDER e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). A Infraestrutura reúne, em consórcio, a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a Direção-Geral do Património Cultural, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Município de Lisboa, e o Teatro Nacional D. Maria II. A missão principal do ROSSIO é a de agregar, organizar, interligar, contextualizar, enriquecer e difundir um universo ímpar de conteúdos digitais provenientes das atividades de investigação, repositórios, arquivos, bibliotecas, coleções de arte e bancos de dados pertencentes a um conjunto de instituições de referência reunidas em

2
✓

consórcio para realizar um plano de ação comum. Uma das vertentes a iniciar em janeiro de 2019 resulta da abertura e conclusão em 2018 dos concursos para 2 bolsas de investigação no âmbito de projetos e instituições de I&D nas áreas científicas de, respetivamente, História/História Contemporânea e Ciências da Informação e da Documentação, com o objetivo comum de desenvolvimento do *thesaurus* de indexação (linguagem documental de estrutura combinatória) das imagens em movimento, incluindo tratamento dos dados pré-existentes, análise e descrição de documentos fílmicos. O trabalho desenvolvido culminará com a organização de um *workshop* especializado.

Por fim, o projeto **CINARTS**, um projeto europeu da Creative Europe (MEDIA) coordenado pela *Fondazione Cineteca di Bologna* sobre Educação e Cinema. O objetivo deste projeto é criar uma nova geração de espectadores de cinema, tornando-os mais curiosos e conscientes da variedade oferecida pelo Cinema Europeu. Para atingir este objetivo, o projeto pretende trabalhar no cinema como uma ferramenta para investigar as artes visuais, de forma a torná-lo mais familiar e reconhecido no dia-a-dia das crianças e adolescentes. O projeto pretende desenvolver uma ferramenta web disponível para estudantes, professores e educadores, para provê-los com um sistema orgânico para a educação cinematográfica e a história do cinema.

Para além destes ainda se encontra para aprovação final um outro projeto proposto pela Cinemateca, o projeto **FILMar**, a ser financiado pelo programa **EEAGRANTS** (EEA Financial Mechanism 2014 – 2021), relativo a um projeto de digitalização e acesso de património cinematográfico português associado à temática sobre o “Mar”, envolvendo também uma componente bilateral de programação com entidades congéneres norueguesas, uma vez que este programa é financiado por verbas deste país. O valor do financiamento externo deste projeto, caso o mesmo seja aprovado, ascende aos **881.250,00€**, que será utilizado entre várias componentes do projeto em equipamento e recursos humanos especializados.

II. 10. Cinemateca: 70 anos

Em 2018 a Cinemateca celebrou a consagração legal da criação da Cinemateca pela Lei 207 de 1948, medida que ditou o arranque efetivo de atividade no decurso do ano de 1949. Tendo isto em conta, no início das comemorações – em setembro de 2018 - apresentámos um programa de comemoração que se estende até ao final do primeiro semestre de 2019.

INICIATIVAS PRINCIPAIS A OCORRER EM 2019:

- CICLO “70 ANOS – 70 FILMES”

O ciclo é dividido em duas partes de 35 filmes cada. A primeira parte decorreu durante os meses de novembro e dezembro do ano corrente, incluindo obras de todas épocas do cinema mundial que marcaram a história da Cinemateca ou através das quais são evocados acontecimentos marcantes dessa história. A segunda parte, a exibir nos dois primeiros meses de 2019, inclui 35 obras de 35 autores do cinema mundial contemporâneo, entendidos como uma proposta de leitura possível, necessariamente subjetiva e mais uma vez eclética, da arte cinematográfica do presente.



- **CICLO MANOEL DE OLIVEIRA INTEGRAL**

Durante o mês de janeiro apresenta-se a segunda e última parte do ciclo composto pela obra integral do realizador.

- **EDIÇÕES ESPECIAIS ALUSIVAS À COMEMORAÇÃO OU EDITADAS NO CONTEXTO PARTICULAR DELA**

(A editar no decurso de todo o ano de 2019)

Edição sobre o percurso histórico da Cinemateca nas suas diferentes vertentes (conservação patrimonial, difusão cultural, documentação);

Edição “O livro de cinema – viagem através das edições e da imagem gráfica da Cinemateca” (alusiva à exposição homónima);

Edição de uma “História do Cinema” especificamente destinada a crianças na faixa etária até 10 anos de idade (1º Ciclo de escolaridade);

Livro de homenagem a Joana Pimentel, trabalhadora da Cinemateca recentemente falecida e que desempenhou um papel fundamental no departamento ANIM, na área de prospeção, aquisição e depósito de filmes (inclui textos da própria e uma entrevista com JP);

- **EXPOSIÇÃO**

Entre 30 de novembro de 2018 e 31 de julho de 2019

“O livro de cinema – viagem através das edições e da imagem gráfica da Cinemateca”.

- **PROJETO DE CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL DO CINEMA PORTUGUÊS**

Nos termos definidos pela lei de bases de proteção e valorização do património cultural e da legislação de desenvolvimento (promulgadas respetivamente em 2001 e 2015), dar-se-á início a um projeto amplo e faseado tendente à classificação de suportes matriciais do cinema português como bens de interesse nacional, o que implicará para cada um, por inerência, a designação “Tesouro Nacional”. (Até hoje, a única componente do cinema português objeto de classificação foi o arquivo da Tobis Portuguesa, S.A., que, além do património de natureza arquivística, englobou o património de natureza audiovisual, classificado como um todo em 2012 como bem de interesse nacional.)

- **PROJETO “HISTÓRIA E MEMÓRIA ORAL DO CINEMA EM PORTUGAL”**

Projeto de colaboração entre a Cinemateca e a Universidade da Beira Interior (Centro de Investigação LABCOM), que se traduz na recolha de registos de imagem e som de intervenientes na atividade de cinema em Portugal em todas as vertentes desta, desde os setores tradicionais da produção, distribuição e exibição até ao domínio da história, da crítica, da imprensa e atividade editorial, dos cineclubes ou dos espectadores.



- **BOLSAS DE CURTA DURAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS COLEÇÕES DA CINEMATECA**

Lançamento de um programa de bolsas de investigação de curta duração destinado a acolher em cada ano um investigador residente no país e um residente no estrangeiro, para investigação sobre as coleções patrimoniais da Cinemateca em qualquer das suas vertentes.

- **ESPETÁCULOS DE LANTERNA MÁGICA E OFICINA DE FORMAÇÃO DE LANTERNISTA**

No âmbito de ação da Cinemateca Júnior, para além das atividades correntes do setor (e da edição do livro de iniciação à história do cinema acima referido), serão apresentados dois espetáculos de lanterna mágica por ocasião do “Dia da Criança”, respetivamente a 31 de maio e 1 de junho de 2019, pelo lanternista inglês Jeremy Brooker. Complementarmente, J. Brooker orientará uma oficina destinada à formação de lanternistas, nisso englobando a área da utilização dos aparelhos e a do património de vidros pintados para lanterna.

- **CINEMATECA ABERTA – A CINEMATECA POR DENTRO**

Tal como em efemérides anteriores, serão organizadas várias jornadas especiais dando a conhecer os bastidores, as coleções e o funcionamento interno de vários serviços da Cinemateca. O programa incluirá um novo “dia aberto” no ANIM (Departamento de “Arquivo Nacional das Imagens em Movimento”, na freguesia de Bucelas), e visitas guiadas a esse departamento e ao CDI (Centro de Documentação e Informação).



III. Objetivos

Importa apresentar neste Plano os objetivos estratégicos e operacionais propostos para o período em causa.

III. 1. Objetivos estratégicos

De acordo com a missão, visão e valores da Cinemateca, foram definidos e aprovados pela Tutela os Objetivos Estratégicos (OE) apresentados no ponto 1 do presente capítulo – cuja continuidade se visa assegurar através das atividades apresentadas no ponto 2.

Os OE irão orientar a ação da Cinemateca em 2019 no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) do organismo.

- OE1.** Promover o conhecimento da história do cinema.
- OE2.** Salvaguardar e valorizar o património cinematográfico em acervo.
- OE3.** Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica.

Apresenta-se na figura abaixo o alinhamento dos objetivos estratégicos com a missão da Cinemateca.



Figura 2. Alinhamento dos objetivos da Cinemateca para 2019



h
v

III. 2. Objetivos operacionais

- OO1 - Promover o acesso público ao património cinematográfico;
- OO2 - Descrever obras do património cinematográfico;
- OO3 - Preservar e/ou restaurar e/ou digitalizar obras cinematográficas;
- OO4 - Garantir a operacionalização atempada dos atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE2019;
- OO5 - Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica através de atividades de iniciação ao cinema, de extensão cultural e editoriais.

IV. Atividades

Nas atividades referenciam-se toda a atuação corrente da Cinemateca que, cumulativamente expressam e concretizam a missão e atribuições do organismo.

As áreas operacionais da Cinemateca, sob a orientação estratégica da Direção, compreendem o Departamento Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) e o Departamento de Divulgação e Exposição Permanente (DDEP), contendo este as subunidades Centro de Documentação e Informação (CDI), Cinemateca Júnior (CJ) e Gabinete de Relações Públicas (GRP).

Para apoio às áreas operacionais existe uma unidade orgânica instrumental, de apoio à gestão, designada Divisão de Gestão (DG).

Apresentam-se neste capítulo as atividades e respetivas ações previstas para 2019, agrupadas por áreas de intervenção decorrentes, naturalmente, das atribuições da Cinemateca, identificando-se em cada uma delas as unidades orgânicas envolvidas na sua concretização e relacionando-as com os objetivos estratégicos propostos (enquadramento QUAR).

| ATIVIDADES | Ações | UO | OE |
|--|---|------|-------------------|
| SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CINEMATOGRAFICO | ⇒ Prospetar, adquirir e receber em depósito materiais fílmicos e museográficos para a constituição de uma coleção de cópias de referência das cinematografias nacional e estrangeiras (em qualquer suporte e de qualquer época, formato, género, regime de produção ou proveniência). Em 2019 será dada uma especial ênfase à prospeção do património cinematográfico português produzido digitalmente, com vista | ANIM | OO2 OO3 OE2 |



2
2

| | | | |
|--|---|------|------------|
| | ao seu depósito e à sua preservação. | | |
| | <p>⇒ Preservar e restaurar obras do património cinematográfico nacional, mediante tiragem de novas matrizes e cópias em película, ou mediante trabalhos de digitalização com posterior tratamento digital de imagem e som, com recurso ao Laboratório do Departamento ANIM, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Continuação da preservação de obras dos diversos períodos do cinema português; ○ Preservação de curtas-metragens documentais do acervo da Cinemateca cuja salvaguarda é objeto de protocolos com entidades externas cofinanciadoras dos trabalhos envolvidos, ou serão posteriormente divulgadas em meios digitais (edições DVD, Cinemateca Digital); ○ Preservação/restauro de obras estrangeiras ao abrigo de protocolos com entidades externas e com arrecadação de receitas através destes serviços; ○ Digitalização, através de processo de <i>scanning</i> 2K, Ultra HD e 4K, de longas-metragens do cinema português, prosseguindo com o restauro digital de algumas delas, incluindo a produção de novas cópias DCP; ○ Produção dos trabalhos laboratoriais correspondentes a 65.000 metros de novos materiais filmicos; ○ Produção de novas matrizes e cópias digitais correspondentes a 2.600 minutos de filmes produzidos originalmente em película; ○ Continuação da preservação digital através da migração das novas obras em formato DCDM, DCP para o formato de preservação LTO e servidores. | ANIM | OO2 OE2 |
| | <p>⇒ Identificar, inspecionar, revisar e efetuar o controlo de qualidade em projeção dos acervos depositados e /ou dos novos materiais resultantes de operações de preservação e restauro.</p> | ANIM | OO3 OE2 |
| | <p>⇒ Prospetar, selecionar e adquirir, corrente e retrospectivamente, documentação biblio-iconográfica (imagem fixa) relacionada com as imagens em movimento, em forma de monografias, publicações periódicas, programas, recortes de imprensa, guiões, material publicitário, cartazes, fotografias e desenhos, tanto em suporte papel como digital.</p> | CDI | OO3 OE2 |
| | <p>⇒ Proceder à recolha de informação relativa à exibição cinematográfica em Portugal.</p> | CDI | OO3 OE2 |
| | <p>⇒ Conservar as coleções biblio-iconográficas existentes mediante encadernação e acondicionamento apropriado.</p> | CDI | OO3 OE2 |
| | <p>⇒ Proceder à reprodução digital de documentos para efeitos de acesso e de conservação.</p> | CDI | OO3 OE2 |
| | <p>⇒ Proceder à monitorização e avaliação sistemática do</p> | | OO3 |



h
✓

| | | | |
|--|---|-------------|------------|
| | comportamento das coleções bíbio-iconográficas (imagem fixa). | CDI | OE2 |
| CONHECIMENTO / DESCRIÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUIVADO | ⇒ Catalogar e descrever (em base de dados interna) os materiais fílmicos e digitais que compõem o acervo das imagens em movimento, integrando dados filmográficos, de materiais, processos de aquisição e situações jurídicas dos materiais e respetivas obras; durante o ano de 2019, pretende-se identificar e inserir na base de existências, 2.500 materiais fílmicos provenientes de processos de aquisição ainda não trabalhados. | ANIM | OO3 OE2 |
| | ⇒ Inventariar e catalogar os objetos e aparelhos de cinema e pré-cinema do acervo da Cinemateca, com registo em base de dados de existências, incluindo o registo fotográfico digital. | ANIM | OO3 OE2 |
| | ⇒ Proceder ao tratamento documental especializado da documentação bíbio-iconográfica em acervo através das operações de registo, inventariação, catalogação, indexação (análise e descrição de conteúdo) e classificação. | CDI | OO3 OE2 |
| | ⇒ Prosseguir a política de promoção de uma nova abordagem da história do cinema (especialmente do cinema português e do cinema em Portugal) mediante parcerias de investigação com investigadores e redes de investigação académicas. | ANIM CDI | OO1 OE1 |
| VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO I | <p>⇒ Programar, organizar e exibir ciclos temáticos representativos da história do cinema mundial.</p> <p>Plano geral dos ciclos estruturantes da programação de 2019 e da sua prevista calendarização</p> <p>Grandes ciclos temáticos e históricos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ 70 anos-70 filmes: 35 histórias do cinema contemporâneo (janeiro e fevereiro) ○ Povos em Movimento (ciclo sobre o tema das migrações) (março, abril e maio) ○ O ano de 1939 (maio) ○ Revisitação do cinema de género: o melodrama (junho) ○ A noite (julho) ○ O cinema da República de Weimar (setembro) <p>Ciclos de autor /personalidades de cinema:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ O visível e o invisível: Manoel de Oliveira integral – conclusão (janeiro) ○ O cinema de Michael Snow (fevereiro) ○ In memoriam Bernardo Bertolucci (fevereiro) ○ In memoriam Marceline Loidan (fevereiro) ○ Integral Nani Moretti (a Cinemateca com a festa do cinema italiano) (abril) ○ Artavazd Peleshian (maio) | DDEP | OO1 OE1 |



Handwritten marks in blue ink, including a checkmark and a stylized signature.

| | | | |
|--|--|-----------------------------------|------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> ○ Hong Sang-Soo (dezembro ou, em alternativa, janeiro de 2020) ○ Anna Karina (a Cinemateca com o Indie Lisboa) (maio) ○ Jorge Silva Melo (outubro) <p style="text-align: center;">Outros ciclos de cinema português:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ciclo temático em torno do conceito de património e da ideia de transmissão geracional (junho) <p style="text-align: center;">Ciclos “As cinematecas hoje”:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Cinemateca grega (março) ○ Cinemateca Brasileira (a determinar) ○ George Eastman House (a determinar) <p style="text-align: center;">Rubricas mensais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ História permanente do cinema português ○ Imagem por imagem (cinema de animação) ○ Inadjectivável (grandes clássicos) ○ O que quero ver (filmes sugeridos pelo público) ○ Double-Bill (tardes de sábado com programa duplo) ○ Antestreias de cinema português <p style="text-align: center;">Parcerias regulares principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Indie Lisboa ○ Doclisboa ○ Festa do cinema italiano ○ Festa do cinema francês ○ Monstra ○ Motel X ○ Queer Lisboa | | |
| | <p>⇒ Na sequência do trabalho levado a cabo por investigadores sobre o cinema português e o cinema <i>em Portugal</i> (V. Conhecimento/Descrição do património arquivado), prosseguir a programação de sessões especializadas que permitam divulgar áreas do arquivo menos conhecidas do público e que incluam, para além da projeção de filmes, discussões científicas.</p> | DDEP | OO1 OE1 |
| | <p>⇒ Incrementar projetos de edição bibliográfica.</p> <p>Plano geral das edições previstas (catálogos de ciclos, outras edições bibliográficas e caixas DVD editadas autonomamente pela Cinemateca ou em coedição)</p> <p>Livros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ “João Bénard da Costa: escritos sobre cinema” – segundo e terceiro volumes. ○ Catálogo do Ciclo Luís Miguel Cintra. ○ Catálogo do ciclo António-Pedro Vasconcelos. ○ Edição sobre Manoel de Oliveira (dois volumes, um | DDEP ANIM GRP CDI GRP | OO4 OE3 |



| | | | |
|--|---|-------------|------------|
| | <p>com novos ensaios, outro com imagens e palavra do autor)</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Edição sobre os 70 Anos da Cinemateca. ○ “O livro de cinema – viagem através das edições e da imagem gráfica da Cinemateca”. ○ Edição de uma “História do Cinema” para crianças. <p>DVD:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Continuação da edição DVD de obras do cinema mudo português (“A Rosa do Adro”, no ano em que se assinala o centenário da sua produção). ○ Edição DVD do filme “As Armas e o Povo” ○ Continuação da edição DVD das obras de Paulo Rocha em parceria com a Midas Filmes (“A Ilha dos Amores” e “A Ilha de Moraes” entre outros a determinar). ○ Edição DVD das imagens de Ruy Cinatti captadas em Timor, em parceria com o Museu Nacional de Etnologia ○ Continuação da edição DVD de clássicos do cinema sonoro português dos quais a Cinemateca tem os direitos (número e títulos a determinar). | | |
| | <p>⇒ Elaborar textos de contextualização dos filmes programados: ⇒ Continuação da apresentação, em todas as sessões públicas da Cinemateca, de folhas de sala com textos de contextualização elaborados por membros da nossa equipa de programação, incluindo novos textos para todos os filmes que aqui são exibidos pela primeira vez.</p> | DDEP | OO1 OE1 |
| | <p>⇒ Promover as atividades do organismo através da sua divulgação junto das comunidades de utilizadores e do público em geral, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Edição e distribuição do jornal mensal (em papel e online); ○ Edição e distribuição de <i>newsletters</i> temáticas (em papel e online). | DDEP GRP | OO1 OE1 |
| <p>VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: SERVIÇO EDUCATIVO</p> | <p>⇒ Produzir e coordenar programas orientados para públicos infantis e estudantis através de várias ações (visitas guiadas à exposição permanente, sessões de cinema, ateliers temáticos e espetáculos) no espaço da Cinemateca Júnior – dando a conhecer a história do cinema e do pré-cinema ao público infantil e pré-adolescente de escolas públicas e privadas, ensino especial, escolas profissionais, juntas de freguesias e outras instituições.</p> <p>Para além do programa corrente, em 2019, em torno do “Dia da Criança” e no âmbito das comemorações dos 70 anos da Cinemateca, serão apresentados dois espetáculos de lanterna mágica pelo lanternista inglês Jeremy Brooker, que também orientará uma oficina de formação de lanternistas.</p> | CJ | OO4 OE3 |



2
2

| | | | |
|--|--|---------------------|------------|
| | | | |
| | ⇒ Produzir materiais de apoio para formadores de públicos infantis e juvenis. | CJ | OO4 OE3 |
| | ⇒ Estabelecer parcerias com outras instituições com vista à angariação de novos públicos. | CJ | OO4 OE3 |
| | ⇒ Estabelecer parcerias com outras instituições com vista à apresentação de sessões de cinema e espetáculos de pré-cinema. | CJ | OO4 OE3 |
| | ⇒ Participar na operacionalização do Plano Nacional de Cinema, em conjunto com o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e sob coordenação da Direção-Geral da Educação (DGE). | CJ | OO4 OE3 |
| VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: ACESSO E COMUNICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CINEMATOGRAFICO | ⇒ Apoiar e gerir os pedidos de acesso ao arquivo de imagens em movimento nos diversos tipos de suporte, incluindo acompanhamento da investigação especializada. No âmbito desta ação, pretende-se, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ○ A continuação da produção de ficheiros de filmes, com originais em suporte de vídeo ou a partir dos telecinemas produzidos no ANIM ao longo dos anos, com vista a garantir o acesso através de plataforma digital interna já criada no Departamento ANIM. | ANIM | OO1 OE1 |
| | ⇒ Colaborar com agentes culturais e comerciais do audiovisual, mediante cedência de imagens em movimento em suporte cinematográfico ou digital. | ANIM | OO1 OE1 |
| | ⇒ Manter a Biblioteca especializada (aberta ao público em geral desde 1958), com a disponibilização de serviços de consulta e leitura, informação à distância e reprodução dos documentos bíbio-iconográficos ou de registos e índices da base de dados, em observância dos direitos de autor e conexos. | CDI | OO1 OE1 |
| | ⇒ Organizar exposições temporárias com materiais do acervo da Cinemateca ou de organismos congéneres, relacionadas com a história, técnica e estética cinematográficas. Exposições programadas para 2019: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>O Livro de Cinema</i> (continuação); ○ Os filmes alemães do período da República de Weimar a partir das coleções da Cinemateca (fotografias, cartazes, livros e revistas). | ANIM DDEP CDI | OO1 OE1 |
| | ⇒ Difundir o património cinematográfico português preservado através dos novos meios digitais e telemáticos, respeitando sempre os direitos das respetivas obras, para o que concorre, | ANIM | OO1 |



2
2

| | | | |
|--------------------------------------|---|--|-------------------|
| | designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ○ A continuação da inserção de filmes na plataforma de acesso em linha existente no sítio da Cinemateca (Cinemateca Digital), procurando incluir na plataforma pelo menos 800 filmes; ○ A conceção e divulgação de exposições virtuais da coleção museográfica catalogada. | CDI | OE1 |
| COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS | ⇒ Manter a filiação na Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (FIAF) e participar na sua organização. | DIR | OE1 OE2 OE3 |
| | ⇒ Manter a filiação na Associação das Cinematecas Europeias (ACE) e participar no seu encontro anual. | DIR | OE1 OE2 OE3 |
| | ⇒ Incrementar o contributo português em projetos internacionais na área do património cinematográfico. | DIR | OE1 OE2 OE3 |
| INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO | ⇒ Estimular e apoiar a realização de estudos sobre o património cinematográfico em acervo. | ANIM CDI | OO1 OE1 |
| | ⇒ Incentivar estágios curriculares destinados a estudantes de cinema do nível de licenciatura ou de mestrado (1º ou 2º nível do sistema académico de Bolonha). | ANIM DDEP DG CJ CDI GRP | OE3 |
| | ⇒ Apoiar e promover a edição de obras de autores portugueses sobre cinema portugueses. | DDEP CDI | OO4 OE3 |
| | ⇒ Apoiar iniciativas e atividades de editores, nomeadamente pela apresentação de sessões de lançamento de livros sobre cinema nas suas atividades de programação regular. | DDEP | OE4 OO3 |
| EXTENSÃO CULTURAL | ⇒ Em conjunto com outras instituições ligadas ao cinema, tais como o ICA, Associação de Produtores, operadores de televisão, promover um programa que vise a produção intensiva de novas matrizes digitais resolução 2K, com vista à difusão do cinema português nos diferentes meios de distribuição possíveis (cinemas, auditórios municipais, televisões, etc.). | DIR ANIM | OO1 OE1 |
| | ⇒ Colaborar com outros organismos, nacionais e internacionais, na divulgação do património cinematográfico português, através da cedência de cópias e do fornecimento de documentação de apoio para a sua divulgação. | ANIM CDI | OO4 OE3 |



2
2

| | | | |
|---|---|-----|------------|
| | ⇒ Promover a cedência das exposições temporárias do acervo a entidades nacionais e estrangeiras. | CDI | OO4 OE3 |
| GESTÃO DA INFRAESTRUTURA INFORMÁTICA | ⇒ Atividades sem resultado próprio na missão da Cinemateca, mas com enorme impacto direto nos resultados de quase todas as suas atividades: incluem a gestão da rede e do parque informático; a gestão de aplicações; a gestão de sistemas. | INF | |
| APOIO À GESTÃO | ⇒ No âmbito da Gestão Financeira e Patrimonial: preparação, execução e controlo dos orçamentos da Cinemateca; planeamento e monitorização da atividade, bem como a prestação de contas no final do ano económico; contabilização das receitas e despesas (através do Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública-SIAG), conservação e manutenção de bens e instalações, gestão das receitas e das despesas – Tesouraria e promoção da instrução dos procedimentos legais com vista à aquisição de bens e serviços. | DG | |
| | ⇒ No âmbito da Gestão de Recursos Humanos: execução dos procedimentos necessários ao nível do recrutamento e seleção de pessoal, gestão de todo o processo de avaliação de trabalhadores, gestão de faltas, férias e licenças, processamento de vencimentos e abonos (através do SIAG), elaboração do balanço social e elaboração do plano de formação. | DG | |
| | ⇒ No âmbito da Gestão Administrativa: coordenação do registo de expedição de correspondência e coordenação das tarefas do pessoal auxiliar. | DG | |
| | ⇒ Sendo uma unidade transversal ao funcionamento de todo o organismo, estão cometidas à DG as despesas decorrentes do pagamento dos vencimentos, bem como todas as demais despesas da atividade corrente da Cinemateca: encargos com as instalações, contratos de manutenção e assistência técnica, encargos com a frota automóvel, equipamento administrativo e sua manutenção, despesas de conservação, etc. | DG | |

2
2

V. Recursos

Para assegurar a concretização das atividades apresentadas a Cinemateca conta com um mapa de pessoal com um total de 75 lugares, incluindo os dirigentes. É de referir que dos 75 lugares previstos no mapa de pessoal para 2019, apenas estão ocupados 62, pelo que se tentará avançar para o recrutamento de 13 novos trabalhadores para suprir estas necessidades de recursos humanos. Porém, tendo em conta o grau de especificidade de alguns dos postos de trabalho, será muito difícil (para não dizer impossível) o seu preenchimento dentro dos recursos humanos do Estado, pelo que o seu preenchimento efetivo irá depender da autorização que terá de ser dada pelo Ministério das Finanças para que os concursos sejam abertos fora da Administração Pública.

Por outro lado, os recursos financeiros da Cinemateca são os seguintes:

Orçamento de Funcionamento (receitas próprias): para a realização das atividades previstas a Cinemateca prevê suportar na sua totalidade o seu orçamento de funcionamento por receitas próprias, provenientes na sua maioria da cobrança de taxas de exibição, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 227/2006, de 15 de Novembro e transferência do Fundo de Fomento Cultural.

Orçamento de Funcionamento (Fundo de Fomento Cultural): tal como verificado nos últimos anos, com vista a colmatar a quebra verificada na fonte principal das receitas da Cinemateca, a taxa de exibição, recebida nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 227/2006 de 15 de Novembro, estima-se um reforço orçamental da receita que permita fazer face às atividades regulares da Cinemateca, prevendo-se para 2019 um montante de €1.550.000, superior em €100.000 relativamente a 2018.

Orçamento de projetos cofinanciados: Este orçamento corresponde a verbas afetas aos quatro projetos em desenvolvimento na Cinemateca e inscritas no orçamento para 2019. O projeto Cinem@tic é financiado por receita própria e verbas originárias do FSE. O projeto Chic é financiado por receita própria e por verbas originárias do FEDER. As verbas que cobrem as despesas do projeto ROSSIO são transferidas pela FCSH e têm como origem também o FEDER. Já o projeto Cinarts é financiado pelo programa MEDIA da EU através da *Fondazione Cineteca di Bologna*.

Apresenta-se no quadro seguinte as verbas a afetar ao Orçamento de Funcionamento e de projetos:



Quadro 1 - Orçamento da Receita

| | |
|--|------------------|
| RECEITA TOTAL | 4.749.435 |
| 04 00 00 Taxas, Multas e outras penalidades | 2.431.655 |
| 05 00 00 Rendimentos de Propriedade | 10.000 |
| 06 00 00 Transferências Correntes | 1.887.780 |
| 07 00 00 Vendas de bens e Serviços Correntes | 415.000 |
| 08 00 00 Outras Receitas Correntes | 5.000 |

Orçamento de Funcionamento 4.229.497

| Receitas Próprias | FF | 2019 |
|--|-----|------------------|
| 04 00 00 Taxas, Multas e outras penalidades | 513 | 2.249.497 |
| 05 00 00 Rendimentos de Propriedade | 513 | 10.000 |
| 07 00 00 Vendas de bens e Serviços Correntes | 513 | 415.000 |
| 08 00 00 Outras Receitas Correntes | 513 | 5.000 |
| TOTAL | | 2.679.497 |

| Fundo de Fomento Cultural | FF | 2019 |
|-----------------------------------|-----|------------------|
| 06 00 00 Transferências Correntes | 540 | 1.550.000 |
| TOTAL | | 1.550.000 |

Orçamento de investimento ou de projetos 519.938

| Projeto Cinem@tic - 09960 | FF | 2019 |
|---|-----|----------------|
| 04 00 00 Taxas, Multas e outras penalidades | 363 | 40.062 |
| 06 00 00 Transferências Correntes | 441 | 100.522 |
| TOTAL | | 140.584 |

| Projeto CHIC - 10682 | FF | 2019 |
|---|-----|----------------|
| 04 00 00 Taxas, Multas e outras penalidades | 361 | 142.096 |
| 06 00 00 Transferências Correntes | 411 | 128.395 |
| TOTAL | | 270.491 |

| Projeto ROSSIO - 10683 | FF | 2019 |
|-----------------------------------|-----|---------------|
| 06 00 00 Transferências Correntes | 359 | 96.613 |
| TOTAL | | 96.613 |

| Projeto CINARTS - 10912 | FF | 2019 |
|-----------------------------------|-----|---------------|
| 06 00 00 Transferências Correntes | 482 | 12.250 |
| TOTAL | | 12.250 |



Quadro 2 – Orçamento de despesa

| Despesa Total | | 4.749.435 |
|----------------------|------------------------------|------------------|
| 01 00 00 | Despesas com Pessoal | 2.084.108,00 |
| 02 00 00 | Aquisição de Bens e Serviços | 1.824.538,00 |
| 04 00 00 | Transferências Correntes | 3.750,00 |
| 06 00 00 | Outras Despesas Correntes | 206.250,00 |
| 07 00 00 | Aquisição de Bens de Capital | 630.789,00 |

Orçamento de Funcionamento **4.229.497**

| Receitas Próprias | | FF | 2019 |
|--------------------------|------------------------------|-----------|------------------|
| 01 00 00 | Despesas com Pessoal | 513 | 1.933.605 |
| 02 00 00 | Aquisição de Bens e Serviços | 513 | 653.392 |
| 04 00 00 | Transferências Correntes | 513 | 3.750 |
| 06 00 00 | Outras Despesas Correntes | 513 | 88.750 |
| TOTAL | | | 2.679.497 |

| Fundo de Fomento Cultural | | FF | 2019 |
|----------------------------------|------------------------------|-----------|------------------|
| 02 00 00 | Aquisição de Bens e Serviços | 540 | 1.074.608 |
| 06 00 00 | Outras Despesas Correntes | 540 | 117.500 |
| 07 00 00 | Aquisição de Bens de Capital | 540 | 357.892 |
| TOTAL | | | 1.550.000 |

Orçamento de investimento ou de projetos **519.938**

| Projeto Cinem@tic - 09960 | | FF | 2019 |
|----------------------------------|------------------------------|-----------|----------------|
| 01 00 00 | Despesas com Pessoal | 363 | 8.407 |
| 02 00 00 | Aquisição de Bens e Serviços | 363 | 10.206 |
| 07 00 00 | Aquisição de Bens de Capital | 363 | 21.449 |
| 02 00 00 | Aquisição de Bens e Serviços | 441 | 11.416 |
| 07 00 00 | Aquisição de Bens de Capital | 441 | 89.106 |
| TOTAL | | | 140.584 |

| Projeto CHIC - 10682 | | FF | 2019 |
|-----------------------------|------------------------------|-----------|----------------|
| 01 00 00 | Despesas com Pessoal | 361 | 142.096 |
| 02 00 00 | Aquisição de Bens e Serviços | 411 | 62.666 |
| 07 00 00 | Aquisição de Bens de Capital | 411 | 65.729 |
| TOTAL | | | 270.491 |

| Projeto ROSSIO - 10683 | | FF | 2019 |
|-------------------------------|------------------------------|-----------|---------------|
| 07 00 00 | Aquisição de Bens de Capital | 359 | 96.613 |
| TOTAL | | | 96.613 |

| Projeto CINARTS - 10912 | | FF | 2019 |
|--------------------------------|------------------------------|-----------|---------------|
| 02 00 00 | Aquisição de Bens e Serviços | 482 | 12.250 |
| TOTAL | | | 12.250 |



2
2

As despesas com pessoais previstas para o ano de 2019, caso os lugares atualmente disponíveis sejam efetivamente ocupados, representam 49% da despesa total, 39% aquisição de bens e serviços e 13% em aquisição de bens de capital.

VI. Ações a desenvolver para aumentar a receita própria e comunitária

O orçamento de funcionamento da Cinemateca tem sido suportado quase na íntegra por receitas próprias, com exceção do sucedido nos últimos cinco anos, em que foram incluídas no orçamento de receita verbas provenientes do Fundo de Fomento Cultural, com o objetivo de colmatar *em parte* o forte decréscimo de receita provocado concomitantemente pela queda do produto da taxa de exibição de publicidade e pela supressão das verbas de investimento (PIDDAC).

Apesar deste reforço do FFC, o quadro orçamental da Cinemateca é ainda hoje fortemente restritivo face ao que tinha acontecido na primeira década do século XXI, estimando-se que a despesa efetiva autorizada no ano de 2018 tenha sido ainda cerca de 30% mais baixa do que aquela que se tinha verificado em média na primeira década deste século.

Esta restrição tem ainda a ver com o facto de – tal como temos vindo insistentemente a alertar a tutela -, ao contrário do que se esperaria à luz da prática anterior, a Lei do Cinema promulgada em 2012 (Lei nº 55/2012), em grande parte concebida para compensar a brutal crise de receita para o apoio à atividade cinematográfica (que afetou duramente o apoio à produção), não ter consignado à Cinemateca nenhuma percentagem da nova taxa aí instituída sobre as subscrições de cabo.

Assim, precisamente na altura em que se exigiria um forte investimento na área do “Arquivo Digital”, a Cinemateca não só não reforçou o seu orçamento (ao contrário do outro organismo de estado para o cinema – o ICA, que passou a poder financiar as atividades relativas à sua missão com meios reforçados), tendo antes passado a funcionar com verbas *muito* inferiores ao que tinha, que hoje em dia são ainda *significativamente* inferiores.

Face a este panorama, independentemente da constante proposta de alteração do quadro estrutural referido, temos naturalmente desenvolvido esforços no sentido de aumentar as receitas próprias, em particular no que se refere a apoios mecenáticos, parcerias e receitas provenientes da facultação onerosa de serviços, com destaque para a atividade do laboratório de restauro.

Porém, em relação a estes esforços, e tal como também fundamentámos com detalhe na Informação de Serviço nº 349/2018 de 10 de maio, os mecanismos administrativos em vigor aos quais a Cinemateca tem de se submeter em função do seu estatuto orgânico têm-se revelado profundamente inadequados à efetiva possibilidade de, por este meio, não só obtermos receita adicional, mas, para além disso, conseguirmos com ela alavancar um real alargamento de atividade. A maior fonte potencial de receita – o laboratório de restauro – continua a ser tolhida pelas limitações de contratação e falta de flexibilidade administrativa, e todos os outros mecanismos de angariação de receita adicional – verbas decorrentes da valorização de



filmes cujos direitos transitaram para o Estado ou, por exemplo, parcerias com autarquias, acabam quase sempre por incrementar o saldo de gerência (nos últimos anos nunca recuperado) e não o horizonte de atividade.

Para além disto, a Cinemateca tem ainda conseguido obter alguns apoios de projetos cofinanciados por fundos europeus, que, pesem embora as vicissitudes derivadas dos mecanismos de cofinanciamento, têm permitido desbloquear algumas iniciativas – um procedimento cujos resultados têm sido pontualmente positivos, embora não tenham abrangido algumas das maiores insuficiências estruturais – como a infraestrutura do arquivo digital – nem possam, por inerência, colmatar as fragilidades ao nível dos recursos humanos e das missões correntes em termos sustentáveis.

Em concreto, e tal como já foi referido em pontos anteriores, ainda em 2015 a Cinemateca candidatou-se com dois projetos ao Programa de apoio ao investimento SAMA 2020 – Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública, tendo ambos sido aprovados: o novo Sistema de Informação CP-MC e a aquisição e instalação de estantes compactas especializadas nos novos cofres climatizados do ANIM.

Em termos de orçamento, estes apoios concedidos pelo SAMA são parciais, pelo que foi necessário um reforço orçamental vindo de outra fonte de financiamento de modo a complementar a execução destes projetos.

Outros projetos cofinanciados entretanto aprovados irão ter algum impacto nas atividades e no orçamento de receita de 2019. Trata-se do projeto ROSSIO, do projeto CHIC e do projeto CINARTS, que, sem exceção, têm a ver com o acesso por via digital à informação e ao património cinematográfico analógico digitalizado.

É ainda de referir a continuação da parceria acima referida com o laboratório americano CINERIC - um dos mais reconhecidos a nível mundial no que diz respeito ao restauro digital — que nos tem permitido algumas sinergias tendentes a resolver necessidades pontuais na digitalização de algumas obras, embora dentro dum horizonte quantitativo muito limitado.

Quanto ao desenvolvimento de outros serviços com alguma potencialidade de angariação de receita adicional (compensando uma parte dos custos de produção ou mesmo gerando receita líquida), como seja a atividade editorial de livros e DVD, a linha de artigos de *merchandising* ou o iminente sistema de venda de produtos *on line*, embora corresponda a uma linha de ação a explorar cada vez mais, está ainda hoje fortemente bloqueado pelo contexto administrativo mencionado, que o torna sempre fator obrigatório de despesa e quase nunca fator de receita significativa aplicável (V. observação anterior sobre remissão de receitas para o saldo de gerência).

VII. Conclusões

No ano de 2019 continuaremos a implementar progressivamente iniciativas decorrentes do plano estratégico apresentado pela direção.

Porém, tal como referido atrás, esta implementação choca cada vez mais com carências e inadequações estruturais que dificultam o cumprimento do potencial de atividade da Cinemateca no contexto presente.

As carências situam-se no plano da receita e do respetivo orçamento de despesa, uma vez que persistem as reduções drásticas resultantes do menor impacto da taxa de publicidade televisiva somadas à não-contemplação radical da Cinemateca na consignação de receita proveniente da taxa de subscrições por cabo. Quanto às inadequações, referem-se ao enquadramento administrativo, hoje em dia claramente limitador do funcionamento do organismo a um nível compatível não só com a sua missão, mas também com o seu *potencial*, nisto incluindo o *potencial de arrecadação de receita própria adicional*.

Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, 12 de dezembro de 2018

O Diretor



José Manuel Costa

O Subdiretor



Rui Machado